



PLENÁRIO

11ª LEGISLATURA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

1º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 6 DE JUNHO DE 2024.

Presidência dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente; e, a convite, Felipe Michel, e Luiz Ramos Filho.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Cesar Maia, Dr. Marcos Paulo, Jorge Pereira, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Monica Benicio, Pablo Mello, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Rocal, Tânia Bastos, Thais Ferreira, Vera Lins, Waldir Brazão e Welington Dias 19 (dezenove), assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens, dou por aberta a Sessão”.

Não havendo orador inscrito, a Presidência franqueia a palavra.
Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Sessão fica suspensa até as 15h40min.
Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h01 e reabre-se às 15h40, sob a Presidência do Sr. Vereador Felipe Michel, a convite)

O SR. PRESIDENTE (FELIPE MICHEL) – Está reaberta a Sessão.
Terminada a Primeira Parte do Grande Expediente, passemos à Segunda Parte.

A oradora inscrita é a nobre Vereadora Monica Benicio, que dispõe de 20 minutos.

A SRA. MONICA BENICIO – Boa tarde, Presidente, nobres colegas vereadores e vereadoras desta Casa, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, aos que nos acompanham também pela Rio TV Câmara, às pessoas presentes na galeria da Câmara neste momento.

Presidente, faz um mês que, sessão após sessão, eu tenho ocupado sistematicamente e incansavelmente a Tribuna Marielle Franco para falar da mesma matéria. Por muitas vezes eu li o mesmo discurso, numa busca de tentar dialogar com os nobres vereadores e vereadoras desta Casa sobre a matéria que vai ser discutida logo no início da sessão, que é o meu requerimento de revogação do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto que foi entregue a Domingos Inácio Brazão e a Chiquinho Brazão, hoje apontados como os mandantes do assassinato da Vereadora Marielle Franco.

Desta vez, Presidente, eu não preparei um discurso porque, na verdade, por muitas e muitas sessões, eu busquei diálogo com números, destaques de pareceres técnicos da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República. E foram várias as vezes em que eu disse que não cabe à Câmara Municipal julgar, absolver ou condenar absolutamente ninguém, mas que esta Casa de Leis precisava tomar uma decisão política sobre o requerimento de revogação dessas medalhas.

A Medalha Pedro Ernesto é a maior honraria da nossa cidade, a maior honraria concedida pela Câmara Municipal. É uma medalha que nós, como vereadores e vereadoras desta Casa, utilizamos para homenagear pessoas que, para nós, são pessoas de notoriedade na nossa sociedade, que tiveram contribuições relevantes para a nossa sociedade. E também é verdade que não há um juízo de valor técnico ou do campo jurídico sobre o que está sendo analisado neste Plenário. É uma decisão política.

O executor, hoje confesso, Ronnie Lessa é um dos criminosos mais perigosos da história da Cidade do Rio de Janeiro. Isso não era uma coisa

velada na nossa sociedade, mas é bem verdade que o caso dos assassinatos de Marielle e Anderson traz à luz o esgoto e o submundo do Rio de Janeiro de uma forma muito didática e muito escancarada.

O que esse caso também nos revela é que, em dado momento, todo carioca ouviu falar como funciona a política, pensou como funcionava a política e seus esquemas de corrupção, seu vínculo com a criminalidade e o submundo do Rio de Janeiro. Mas o caso Marielle nos mostra, de forma muito didática, a relação entre a política institucional, a polícia enquanto estado e a milícia.

Hoje, há algo que considero ser o mais perigoso que temos na nossa sociedade, não só no Rio de Janeiro, mas que se alastra pelo Brasil, inclusive criando um termo de “riodejaneirização” do Brasil, à medida que a milícia expande seus territórios em outros estados. Isso, para mim, pessoalmente, não só como cidadã carioca, mas como vereadora também, é motivo de vergonha. Mas a Câmara Municipal, há um mês, hoje pela 8ª sessão, não vem trazendo esse debate.

Na noite de 14 de março de 2018, eu recebi a pior notícia e tive o pior momento da história da minha vida até aqui. Não há por que subir nesta Tribuna e me poupar de dizer isso, até porque já disse para muitos vereadores desta Casa que, se o assassinato da Vereadora Marielle Franco não tivesse sido tramado neste Plenário por um de seus pares, eu não estaria aqui, porque não era da minha pretensão pessoal disputar ou ocupar qualquer que fosse instância da política institucional.

Mas a vida também não está muito preocupada com o que a gente vai planejando e opera um pouco sobre a sua própria vontade. O que a gente faz com isso é o que se torna determinante para dizer quem somos e o que queremos ser na nossa sociedade.

A diferença entre mártir e herói, é que o mártir morre em busca da paz; o herói vive guerreando. Eu posso dizer, com muita tranquilidade de quem conhecia muito bem a Marielle e ela não desejava ser mártir. Também pouco eu desejo, nesta Tribuna ou nesta cidade, ou na história deste país, disputar, ocupar qualquer cargo que seja de herói. É cansativo, Vereadora Monica Cunha, e Vossa Excelência sabe muito bem disto, a gente seguir acreditando fiel às nossas convicções, lutando pelo que a gente acredita ser o certo.

Mas é bem verdade também que são poucas as vezes em que defensores de direitos humanos lutam em busca de alguma coisa entendendo, em primeiro lugar, o seu bem-estar. Porque a compreensão da defesa dos direitos humanos é que, quando a gente luta por algo que provavelmente nos fará bem, isso acontecerá, porque será o melhor para a coletividade.

Assim pensava a Vereadora Marielle Franco, uma mulher negra, favelada, mãe, filha, irmã, esposa, vereadora, amiga. E, na noite de 14 de março de 2018, 46.502 pessoas perderam a sua vereadora. Eu perdi minha esposa, os pais perderam sua filha, uma filha perdeu sua mãe, uma irmã caçula perdeu sua irmã mais velha, muitos amigos perderam uma amiga muito leal, que era muito querida por muita gente. A história do Brasil hoje mostra isso com uma ampla maioria de pessoas que reconhecem Marielle Franco como um símbolo, sem sequer ter ouvido falar dela antes da noite de 14 de março de 2018.

Bom, eu poderia estar aqui nesta Tribuna para defender a honra da minha esposa, mas isso não é o que eu busco enquanto vereadora. Eu falo desta Tribuna para buscar o diálogo com a Câmara Municipal, pedindo, sessão após sessão, que a Câmara Municipal não envergonhe mais a Cidade do Rio de Janeiro e repactue com a sua própria história, recobrando a sua honra, honra essa que perdeu quando permitiu que uma vereadora fosse brutalmente assassinada. A Marielle foi executada num crime político que tinha um recado político, e do recado político a gente pode fazer muitas leituras: fazer o ataque ao partido que ela representava e que o relatório da Polícia Federal, o relatório da Procuradoria-Geral da República, Vereadora Luciana Boiteux, também aponta que a motivação é um conjunto de coisas, uma delas, iniciais, seria a tentativa de silenciamento ao Partido Socialismo e Liberdade, que vocalizava um conjunto de valores que impedia, em especial, os interesses da milícia na nossa cidade de avançar. Milícia essa que tem suas articulações na política institucional, e também não é novidade para ninguém que é a família Brazão está no centro dessas articulações há muitos anos.



Na última sessão, eu fui até o microfone para reler frases absurdas e violentas dos irmãos Brazão, isso também não foi o suficiente para convencer os vereadores.

O assassino confesso Ronnie Lessa teve a sua delação divulgada no Fantástico, num domingo à noite. O Brasil assistiu, só que a verdade é que não havia grandes surpresas no que o Ronnie Lessa anunciava ali, em especial sobre as suas relações com o aparato da política e da polícia. Então, para mim, não é compreensível que aquilo que Ronnie Lessa fala possa soar como uma novidade para os vereadores e vereadoras desta Casa, porque não é para a maior parte dos cariocas que está atenta aos noticiários, às notícias de investigação, às notícias políticas que acontecem diariamente na nossa cidade.

Nesse um mês que tenho aqui sistematicamente lutado por algo que deveria ser óbvio, nós colocamos uma campanha na rua que teve ampla adesão da sociedade civil, movimentos sociais, organizações respeitadas no país inteiro, classe artística e mais de seis mil assinaturas da sociedade civil em uma semana, dizendo que queríamos a revogação da Medalha Pedro Ernesto concedida aos irmãos Brazão. A neta de Pedro Ernesto mandou uma carta ao jornal, dizendo que o nome da Medalha, o nome de seu avô, ex-prefeito dessa cidade, era desonrado enquanto essa medalha estivesse concedida aos irmãos Brazão. Mas isso também, Vereadora Monica Cunha, Excelentíssimo Deputado Federal Tarcísio Motta, a quem gostaria de agradecer a presença aqui, nada disso foi o suficiente para dialogar com os Vereadores da Câmara Municipal.

Chiquinho Brazão era um vereador desta Casa em 2018, convivia com Marielle Franco neste Plenário, como muitos dos vereadores que ainda aqui estão também conviveram com ambos. Muito se diz que a revogação seria injusta porque não há um julgamento, não há uma condenação. Nesse Plenário, caçamos o mandato de Jairinho, cassamos o mandato de Gabriel Monteiro, ambos escandalosamente envolvidos, apontados em crimes, mas não acusados objetivamente, julgados e condenados. Mas esse também não foi um argumento suficiente para dialogar com os vereadores da Câmara Municipal.

Bom, eu já comuniquei em muitas sessões para muitos vereadores desta Casa que, embora o requerimento não necessite da apresentação do painel, eu seguirei pedindo votação nominal, sessão após sessão, até que o Rio de Janeiro possa olhar para o painel e ver de que lado os vereadores da Câmara Municipal estão nessa história.

Eu não vou mandar matar ninguém, isso é uma certeza ampla deste Plenário. A minha coragem eu mostro nesta Tribuna. A minha coragem está na placa que leva o nome dessa Tribuna, portanto, eu não vou recuar da minha estratégia. Porque é pela memória da Marielle e do Anderson, mas é, sobretudo, por entender que a memória da Marielle é a busca da justiça que será feita quando tivermos uma sociedade mais justa, mais igualitária e livre da milícia. E eu não vou negociar com isso. Portanto, mais uma vez, pela oitava vez, eu estou nessa Tribuna pedindo à Câmara Municipal não porque eu quero que essa história acabe, porque honestamente politicamente ela tem até me sido bem, porque tem me permitido, inclusive, fazer um diálogo sobre outra narrativa da luta de justiça por Marielle.

Mas a verdade é que, como disse no início, a minha pretensão nunca foi ocupar a política institucional, mas eu tenho uma profunda vergonha de ser vereadora nesta Casa enquanto este resultado não é concedido à cidade e ao país. E isso eu também não vou negociar. Portanto, quando uma vereadora é executada às nove horas da noite, depois de voltar de uma agenda de trabalho a caminho de casa, num crime político, porque os seus assassinos julgaram ser poderosos demais e tinham a certeza da impunidade, porque tinham a certeza de terem a cumplicidade do Estado para se manterem impunes, quando nós não nos metemos e dizemos pra população de que lado nós estamos nessa história nós somos coniventes.

Enquanto a Câmara Municipal não apresentar no painel de que lado ela está dessa história, todos os vereadores terão sangue de Marielle Franco e Anderson Gomes em suas mãos. E isso eu não vou negociar. Portanto, encerro aqui a minha fala para ceder um tempo ao nobre Vereador Pablo que havia me pedido, dizendo apenas, mais uma vez, quando Marielle disse nessa Tribuna que não seria interrompida, eu seguirei aqui ecoando a voz dela para que isso seja garantido. E eu não sou uma voz

sozinha, vocês podem olhar o que a memória da Marielle se tornou aos seis anos. Legado não é só o que se deixa, mas é o que se leva adiante e nós não vamos recuar.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Não tendo a oradora utilizado todo o tempo disponível, a palavra fica franqueada.

Com a palavra franqueada, o nobre Vereador Pablo Mello, que dispõe de dois minutos.

O SR. PABLO MELLO – Senhores vereadores e senhoras vereadoras, boa tarde. Eu me dirijo rapidamente à Tribuna Marielle Franco a qual eu respeito muito e eu respeito a todos vereadores dessa Casa e quem quer respeito se faz ser respeitado, só para mandar uma mensagem pra uma jornalista mentirosa, covarde, que não tem a responsabilidade do que fala e do que escreve, a Senhora Berenice Seara, que no dia de hoje declara que eu, ontem, presidindo uma sessão, faltei com respeito a uma das pessoas a qual eu mais respeito e admiro nessa Casa que é o ex-Prefeito Cesar Maia.

A senhora Berenice, ela deve ser como ela vai ser, ela vai ter que responder juridicamente de onde que ela tirou o contexto da escrita dela, porque essa história de que quem tem boca fala o que quer, comigo, Vereadora Monica Cunha, o buraco vai ser mais embaixo. Porque para ser jornalista, porque jornalista tem que ter responsabilidade com o que fala e com o que escreve. Então, eu, Prefeito Cesar Maia, eu tenho muito respeito pela vossa pessoa, pela vossa excelência. Ontem, durante a presidência da Sessão, infelizmente, eu passei por uma situação que eu nunca imaginei passar em toda a minha vida pública e eu respeitadamente faço sim parte da Comissão do Idoso, porque eu cuido do idoso como profissional, enfermeiro e médico em formação há mais de 16 anos. Então, eu não vou permitir que uma jornalistazinha, que hoje não tem nem um pedaço de papel para embalar peixe na feira, coloque o meu nome em praça pública, porque ela simplesmente cismou com o meu anjo da guarda me chamando de enfermeiro, me chamando... Eu tenho muito orgulho de ser tudo o que eu sou.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado. Já deu o tempo regimental.

O SR. PABLO MELLO – Então, Presidente, eu vou concluir. Eu vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Tem o tempo regimental.

O SR. PABLO MELLO – Eu estou calmo. Eu estou calmo, mas essa senhora não merece o respeito por muitos dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereador, eu vou ter que retirar o microfone porque são 16 horas.

O SR. PABLO MELLO – Então, que a Senhora Berenice tenha responsabilidade com o que ela escreve e para quem ela escreve.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador Pablo Mello.

Esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passemos ao Prolongamento do Expediente.

Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Mesa dará ciência da proposição recebida:



(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3064/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja cancelada a concessão do Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto a Domingos Inácio Brazão.

Plenário Teotônio Vilela, 7 de maio de 2024.

Vereadora MONICA BENICIO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Solicitada verificação nominal de votação pela nobre Vereadora Monica Benicio.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.
(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Cesar Maia, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Monica Benicio, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Rosa Fernandes e William Siri, 17 (dezessete); e que votou não o Senhor Vereador Luiz Ramos Filho 1 (um). Abstiveram-se os Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Dr. Rogério Amorim, Jorge Pereira, Vera Lins e Wellington Dias 5 (cinco). Presentes 24 (vinte e quatro) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 18 (dezoito) senhores vereadores. Abstiveram-se 5 (cinco) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 24 (vinte e quatro) senhores vereadores. Não há quórum para deliberar sobre o requerimento, que voltará em votação, mas há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felipe, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Marcelo Arar, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Marcos Braz, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Veronica Costa, Vitor Hugo, William Siri, Willian Coelho e Zico).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à Ordem do Dia.
Passa-se à

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência tem a honra de registrar a presença do nosso sempre vereador e hoje Deputado Federal Tarcisio Motta. Muito obrigado pela presença. É uma honra tê-lo aqui conosco.

Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE PRIORIDADE
EM 2ª DISCUSSÃO
EM 2ª SESSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 3046/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 107/2024), QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

*Prazo em 30/06/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Por favor, todos são bem-vindos. Precisamos dar continuidade aos trabalhos, por favor.

A SRA. ROSA FERNANDES – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Rosa Fernandes, que dispõe de três minutos.

A SRA. ROSA FERNANDES – Solicito o adiamento da discussão do projeto por uma sessão.

Quero aproveitar também, Presidente, para informar que as senhas para acessar o sistema da LDO estão disponíveis na sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, localizada no prédio nº 51, Praça Floriano, 24º andar para a retirada das 13 horas às 18 horas, mediante ofício assinado pelo vereador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.
Submeto ao Plenário o adiamento da discussão da matéria por uma sessão.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 3046/2024 está adiada por uma sessão.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM CONTINUAÇÃO DA 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO

QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1739-A/2023 DE AUTORIA DOS VEREADORES MONICA CUNHA, LUCIANA NOVAES E WILLIAM SIRI, QUE “INSTITUI O PROGRAMA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÀS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA ARMADA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

*Incluído pela Vereadora Monica Cunha.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – É referente ao projeto?

A SRA. LUCIANA BOITEUX – É questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Eu queria pedir coautoria do projeto. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – É referente ao projeto, Vereadora?





A SRA. LUCIANA NOVAES – Sim, sim. Sim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Novaes, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA NOVAES – Eu gostaria de pedir um minuto de atenção de todos da galeria, de todos os vereadores e vereadoras em relação a esse projeto. Esse projeto é muito importante, que visa dar atendimento psicológico às pessoas que foram vítimas da violência, assim como eu fui uma vítima da violência urbana. Nós estamos vendo praticamente todos os dias pessoas sendo vítimas, e essas pessoas precisam de um apoio. Eu só tinha 1% de chance de sobreviver. Se não fosse o apoio da minha família, graças a Deus, e o apoio psicológico que eu tive, eu não estaria aqui.

Então, esse projeto não visa defender bandido, como muitas pessoas estão falando. Mesmo porque eu gostaria de deixar uma reflexão: se uma pessoa, procurada pela polícia, será que vai para o SUS procurar um atendimento psicológico? Se for, ele será presa. Então, eu queria deixar aqui que esse projeto precisa ser apoiado para que as pessoas que estão sendo vítimas continuem na sua vida, continuem com o apoio psicológico.

Eu gostaria de falar do rapaz que foi atingido acidentalmente por um disparo na Cidade de Deus, Luiz Fernando do Carmo, que foi assassinado, e a mãe está desesperada. Essa mãe, para continuar, precisa ter um apoio psicológico. Então, eu peço encarecidamente aos nobres colegas vereadores que aprovelem esse projeto e também gostaria de solicitar um minuto de silêncio por Luiz Fernando do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência acata o minuto de silêncio. Obrigado, Vereadora.

(Faz-se um minuto de silêncio)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 1739-A/2023 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafa.
Para declaração de voto, a nobre Vereadora Monica Benicio, que dispõe de três minutos.

A SRA. MONICA BENICIO – Obrigada pela palavra, Presidente.
Apenas para parabenizar não só as autoras pela proposição da matéria, mas pela coragem e a ousadia de, após tudo que acumulam na sua vida pessoal, transformar em potência política para seguir lutando para que nunca mais aconteça esse tipo de violência com ninguém na nossa sociedade. E, claro, se com anuência das autoras, eu gostaria de ter a honra de me somar como coautora desse projeto.

Obrigada pela palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.
Pela ordem, o Senhor Vereador Alexandre Isquierdo, que dispõe de três minutos.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores vereadores, eu quero aqui me solidarizar com o nosso Vereador Cesar Maia, prefeito eterno dessa cidade. Não existe homem sem história e nem história sem homem. E Vereador Cesar Maia, a sua história já diz muito. O seu compromisso com a cidade, sua relevância, um homem sério. E quando alguém faz qualquer tipo de piada com qualquer vereador dessa Casa, ele também está atacando a instituição Câmara Municipal, ainda mais no momento de intimidade, seja lá o que for. Então, aqui quero deixar minha palavra de apoio ao Vereador Cesar Maia.

E uma palavra de repúdio aos abutres, principalmente das redes sociais. Pude ver algumas publicações de pré-candidatos querendo fazer política eleitoral em cima desse fato, Presidente Caiado. Para alguns, eu mandei uma mensagem, e alguns de bom senso retiraram as postagens,

mas alguns canalhas querendo se valer desse fato com o prefeito Cesar Maia, explorando de forma eleitoreira.

Vai aqui meu apoio, prefeito Cesar Maia, não precisa de procuração para isso, mas eu sei que toda essa Casa reconhece a história do Prefeito Cesar Maia, hoje vereador dessa Casa.

E meu total repúdio a esses abutres, esses canalhas que querem, Vereador Dr. Carlos Eduardo, se valer de um ato que não teve nenhuma maldade.

E aqui também, Presidente, alguns questionamentos sobre a presidência do Vereador Pablo, que chegou aqui ontem. Eu quero me valer da sua in experiência. Talvez tenha sido a primeira sessão que Vossa Excelência tenha presidido, mas sobre a questão de ter rido com aquele fato, faltou talvez um pouco de maturidade de Vossa Excelência, mas eu quero dizer que não houve nenhuma intenção, entendo eu.

Vale ressaltar à Mesa Diretora de ter uma responsabilidade de ter um vereador que tenha mais maturidade e experiência para presidir uma sessão, seja qual ela for. E não estou fazendo nenhuma acusação ao Vereador Pablo, mas é importante que se tenha o mínimo de compostura e postura para presidir uma Sessão.

Então, vai aqui meu apoio ao prefeito Vereador Cesar Maia e meu repúdio aos canalhas e abutres que estão se valendo de algo que não mancha absolutamente em nada a história do Prefeito Cesar Maia e nem a da instituição Câmara Municipal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador, pela sua fala.

Pela ordem, o Senhor Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Boa tarde, nobre Presidente, Vereador Carlo Caiado.

Eu queria, Presidente, antes endossar as palavras do nobre Vereador Alexandre Isquierdo, meu irmão, me posicionar em relação ao voto para caçar as medalhas do deputado, ex-deputado e atual conselheiro do Tribunal de Contas Domingos Brazão e do deputado federal Chiquinho Brazão.

Nobre Presidente, nós já tentamos aqui um diálogo para construir de alguma forma essa questão, e hoje eu me posicionei. Eu nunca deixei de me posicionar em nenhuma medalha. O nobre Vereador Waldir Brazão até nos direcionou pela abstenção, mas eu nunca quis, Presidente, optar pela abstenção, apesar de ser uma prerrogativa nossa, Vereador William Siri. Eu sempre gostei de me posicionar.

Então, queria aqui deixar bem claro: me posicionei favorável e quero deixar aqui registrado, vereadores, que isso está muito delicado. Hoje vieram novas informações. Nós vimos aqui o que passou o ex-vereador Marcello Siciliano aqui na Casa. Nós vimos o que está passando hoje o ex-deputado, o atual deputado federal. A gente não tem ainda, de maneira consolidada, mas me posicionei de maneira favorável ao requerimento da Vereadora Monica Benicio.

Quero deixar bem claro aqui o seguinte: nunca gostei, respeito todos os vereadores que se posicionaram pela abstenção. Nunca gostei de optar. Gosto sempre de me posicionar favoravelmente ou contra, como me posicionei hoje. Quero deixar bem claro aqui. Vou continuar me posicionando favoravelmente para a gente acabar com isso e olhar para frente, e olhar os projetos que nós temos aqui na cidade.

E quero aqui dizer o seguinte, perante todos: se o Deputado, ex-deputado e atual Conselheiro do Tribunal de Contas, Domingos Brazão, e o Deputado Federal Chiquinho Brazão provarem que são inocentes, que não têm nada a ver com o caso, eu mesmo, eu mesmo darei entrada de volta à Medalha. Mas se não for provado, continuarei votando, Presidente, favoravelmente ao requerimento da vereadora para acabar com isso e nós olharmos para a frente. Porque temos pautas importantes para a cidade e elas estão travadas.

Então, que nós, vereadores, possamos nos posicionar favoravelmente ou contrário, para podermos retomar as atividades da Casa, porque temos pautas aqui importantes também para seguirmos.





E eu quero aqui, eterno Prefeito, Vereador Cesar Maia – porque Vossa Excelência, Presidente, se posicionou na rede social, e eu quero aqui endossar as palavras do nobre Vereador Alexandre Isquierdo: Vereador e Prefeito Cesar Maia, o senhor é uma referência, um exemplo. o senhor tem anos de dedicação, de amor pela nossa cidade. E não vai ser isso que vai manchar nada, até porque, o que aconteceu com Vossa Excelência poderia ter acontecido com todos nós. Então, eu quero aqui dedicar ao senhor este momento. Continue o seu trabalho. Continue o seu amor pelo Rio. Nós amamos você e sabemos tudo o que o senhor já fez pelo Rio. Meu respeito eterno ao senhor, meu carinho e amor por tudo que Vossa Excelência fez pela cidade. O senhor poderia hoje abrir mão de tudo, mas o senhor está aí, trabalhando pelo Rio de Janeiro.

Meu respeito, meu carinho e minha gratidão. Que Deus lhe abençoe e lhe guarde!

E pode ter certeza de que Deus vai lhe tirar disso e colocá-lo ainda em lugares mais altos, até nas redes sociais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado.
Pela ordem, a nobre Vereadora Monica Cunha, que dispõe de três minutos.

A SRA. MONICA CUNHA – Em primeiro lugar, eu quero dar boa tarde a todas, todos e todas os colegas vereadores que estão na Casa.

Quero agradecer imensamente, imensamente!

Eu não tenho nem palavras, Vereadora Luciana Novaes, para dizer o que foi ouvir o que você falou sobre o nosso projeto. Um projeto que fala diretamente comigo e contigo. E eu tenho certeza também de que com outras pessoas aqui dentro, quando não se colocam. Não precisa diretamente ter na pele como nós duas. Um amigo, um conhecido, enfim.

Então, esse projeto, que é um programa que institui a Atenção Psicossocial às Vítimas de Violência armada no Âmbito Municipal do Rio de Janeiro – cara, é de soltar fogos, de verdade. Porque é para ninguém mais passar pelo que eu passei, quando precisei, e quando Luciana Novaes, que também precisou.

É sobre isso.

A gente fazer história nesta Casa e a gente quer mudar as vidas das pessoas. É a gente não querer que o que aconteceu conosco aconteça com outras pessoas. Esse é o verdadeiro motivo de estarmos aqui dentro. Se não acreditarmos, Luciana, que estamos aqui para fazer a transformação da população desta cidade, fica difícil dizermos o que estamos fazendo.

Esse é o nosso trabalho, esse é o verdadeiro trabalho do vereador: se preocupar – não só conosco, mas, em primeiro lugar, com as pessoas que estão do lado de fora.

Agradeço a todos os meus colegas, e agora eu espero, de verdade, que o Prefeito Eduardo Paes tenha a sensibilidade de dar a sanção e virar, mais uma vez, uma política pública como foi a comissão, terça-feira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2111/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCELO DINIZ, QUE “INCLUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SÍNDROME MÃO-PÉ-BOCA (SMPB) NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 2111/2023 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

O SR. PABLO MELLO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Pablo Mello, que dispõe de três minutos.

O SR. PABLO MELLO – Senhor Presidente, queria falar com o nobre Vereador Alexandre Isquierdo. Nobre Vereador Alexandre Isquierdo, o qual eu tenho muito respeito, eu quero dedicar essa fala ao senhor, dizendo que eu tenho quase 40 anos de idade, eu tenho quase duas formações, graduações e quatro pós-graduações.

E eu tenho legitimidade intelectual para assumir a Presidência da Casa, a qual eu já fiz por mais de sete vezes, talvez. Assim como o nosso Líder, o nosso ex-Prefeito Cesar Maia, ontem passou por uma situação natural, o riso já foi condenado na Idade Média. O riso também é um ato natural, e não um ato de deboche.

Então, se o senhor assim o interpretou, eu peço desculpas ao senhor em nome dos demais abutres, que eu comungo desse adjetivo, como o senhor, mas eu não sou um deles.

Eu peço que o senhor reflita sobre a sua fala para com a minha pessoa, a qual eu cheguei desde o dia 14 dentro deste Parlamento. Eu venho me debruçando, trabalhando, me dedicando e aprendendo. Então, eu peço desculpas ao senhor, estendo novamente as desculpas ao ex-Prefeito Cesar Maia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2119/2023 DE AUTORIA DA VEREADORA LUCIANA NOVAES, QUE “OBRIGA A MANUTENÇÃO REGULAR E A VISTORIA ANUAL DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO ADAPTADOS E O TREINAMENTO DE SEUS OPERADORES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 2119/2023 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

A SRA. LUCIANA NOVAES – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para declaração de voto, a nobre Vereadora Luciana Novaes, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA NOVAES – Eu gostaria de agradecer a todos os nobres colegas vereadores dessa Casa pela aprovação desse projeto, porque é muito importante para que nós, pessoas com deficiência, tenhamos o nosso direito de ir e vir dentro do município.

Porque, infelizmente, as empresas de ônibus não têm colocado a manutenção das rampas em dia. Então, eu agradeço imensamente, porque





assim nós, com deficiência, teremos os nossos direitos garantidos de ir e vir aqui na Cidade do Rio de Janeiro.

Eu já fiz diversas fiscalizações nos ônibus e sei o quanto é difícil quando a gente consegue uma rampa funcionando, que é muito raro. Às vezes, o motorista não tem habilidade, não tem treinamento para manusear essas rampas. Então, que realmente as empresas venham cumprir essa manutenção e esse treinamento anualmente. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora, parabéns.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2132/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR ELISEU KESSLER, QUE “INCLUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DIREITOS DAS GESTANTES NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 2132/2023 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafo.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2263/2023 DE AUTORIA DOS VEREADORES ZICO E CARLO CAIADO, QUE “INCLUI O DIA DO ANIVERSÁRIO DA RÁDIO JB FM NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 2263/2023 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafo.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2302/2023 DE AUTORIA DA VEREADORA TÂNIA BASTOS, QUE “INCLUI O DIA DA PERSONAL BRONZE NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação.

O SR. EDSON SANTOS – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, eu quero parabenizar a Vereadora Tânia Bastos pela iniciativa de apresentar um projeto dessa natureza, que homenageia as bronzeadoras na Cidade do Rio de Janeiro. Nós aqui, na Câmara, votamos um projeto visando atender à necessidade de legalização dessa categoria, mas o que ocorre atualmente é que esse segmento vem sendo objeto das perseguições mais covardes na Cidade do Rio de Janeiro, por conta da ação do Procon e da Polícia Civil – auxiliado pela Polícia Civil. Senhoras e Senhores Vereadores, essa semana, uma mulher, Josi, teve sua casa arrombada sem mandato judicial pela Polícia, com seus filhos dentro de casa, em um ato absolutamente arbitrário, parecendo que aquela ação policial ocorria contra um grande criminoso. Quando, na verdade, ela atingia uma pessoa que, a partir do seu trabalho, garante o sustento da sua família. Portanto, eu acho que toda manifestação de apoio e solidariedade da Câmara a esse segmento é digna de aplausos. Portanto, eu cumprimento mais uma vez a Vereadora Tânia Bastos e declaro que contará com meu apoio para aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 2302/2023 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Boa tarde, Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores. Eu queria fazer um convite: amanhã realizaremos aqui, nesta Casa, no Salão Nobre, uma atividade da Frente Parlamentar em defesa das universidades, institutos federais, do Colégio Pedro II, dos Cefet, a partir das 10 horas. Então, é muito importante todas e todos que estão acompanhando essa crise que está instaurada nas universidades públicas, que tiveram seu orçamento reduzido. As universidades federais estão em greve, ou os técnicos estão em greve, e o que a gente vai tratar amanhã é do caso da UFRJ, que é uma das maiores universidades federais do Brasil. É um grande pólo de conhecimento aqui do Município do Rio de Janeiro, e nós estaremos trazendo o reitor da UFRJ e outros também representantes da universidade para debatermos a situação e vermos como podemos apoiar essa situação que a UFRJ está passando hoje. É muito importante articulação política para garantir apoio político, para fortalecer o recebimento de verbas pela universidade. Então, amanhã 10 horas, no Salão Nobre, reunião da Frente Parlamentar. Os vereadores que ainda não assinaram podem assinar ainda, mas essa Frente Parlamentar já está instaurada. Estão todos convidados. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2365/2023 DE AUTORIA DOS VEREADORES CESAR MAIA E CARLO CAIADO, QUE “DECLARA, COMO



PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, A BOSSA NOVA”.

*Incluído pelo Vereador Cesar Maia.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação.

O SR. EDSON SANTOS – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Vereador Carlo Caiado, Vereador Cesar Maia. Eu quero saudá-los pela iniciativa. A Bossa Nova é uma manifestação cultural originalmente carioca e que o Brasil dela se apropriou, tornando-se um dos elementos da cultura nacional, da música nacional e que, portanto, merece nossos aplausos. Eu faço esse encaminhamento também, porque o local de origem da Bossa Nova no Rio foi o Beco das Garrafas, que todos os companheiros aqui, vereadores e vereadoras, conhecem. E ele está carecendo de uma intervenção pública, no sentido de melhorar as condições do Beco das Garrafas. É um local onde acontecem apresentações musicais – vários músicos já se apresentaram, oriundos ou adeptos da Bossa Nova – e é fundamental que o poder público promova uma modernização naquele espaço, de onde surgiram vários músicos brasileiros – João Gilberto tocou lá; Milton Banana, do Milton Banana Trio; Tom Jobim; Elis Regina –, uma série de pessoas iniciou a sua vida artística no Beco das Garrafas.

Portanto, eu quero cumprimentar a Vossa Excelência e, em especial, ao Vereador Cesar Maia, que, com a aprovação desse projeto, mostra a sua grandeza na representação que exerce na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Estamos em processo de votação. Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 2365/2023 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafa.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de três minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Nobres colegas; aqueles que nos acompanham pelo Zoom; aqueles que nos acompanham pela TV Câmara; e, claro, tribuna e povo presente, quero falar de dois temas sensíveis, que têm amedrontado, ameaçado a atuação parlamentar, nos últimos tempos, aqui nesta Casa.

O fato ocorrido ontem, com o Vereador Cesar Maia, ao qual, inclusive, reforço aqui a minha solidariedade pública, coloca para nós o desafio do nosso exercício parlamentar. Possíveis equívocos de avaliação da nossa lisura e conduta pública; possíveis desvios de análise e até erros de votação, que já foram inclusive debatidos aqui na nossa Casa, não podem nos furtar de fazermos do nosso exercício, talvez um dos mais importantes na representação pública, neste momento.

Quero falar aqui especialmente do episódio, que já atravessa semanas, da votação da cassação das medalhas proferidas do nosso colega, também parlamentar, Brazão, hoje preso. Eu compreendo muito o colega, o nobre parlamentar Waldir Brazão; compreendo aqui os amigos que fazem política com a família Brazão; compreendo esse momento de angústia.

O Partido dos Trabalhadores também já foi muito massacrado pela policialização, pela politização do Judiciário brasileiro, mas é da liber-

dade da parlamentar e é da liberdade dos parlamentares aqui presentes pedirem o placar nominal para qualquer votação.

Eu quero reforçar aqui o apelo: caso seja necessário que se faça desse placar um gesto político, um gesto de resposta para o nosso eleitorado, para a sociedade carioca e onde todos os parlamentares sejam provocados a colocar o seu voto, que, claro, não é um julgamento do parlamentar, mas é um comprometimento político de um posicionamento político sobre o que ocorreu e o que ocorre na Cidade do Rio de Janeiro.

Os parlamentares têm liberdade nesta Casa para se posicionar como quiserem. Os parlamentares desta Casa, inclusive, podem eventualmente errar em determinados momentos. Mas é também prerrogativa nossa querer resposta política de todos os parlamentares e saber, Vereadora Teresa Bergher, qual é o posicionamento político de todos os parlamentares daqui da Casa.

Então, eu peço aqui e convoco para que a gente use o final de semana para refletir, para darmos prosseguimento aos trabalhos desta Casa, e que, na terça-feira, todos possamos votar com as nossas consciências, a partir dos nossos votos, a partir do nosso campo político de atuação, sobre a medalha do Deputado Brazão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Muito obrigado, Vereadora.

A SRA. MONICA BENICIO – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, a nobre Vereadora Monica Benicio, líder do PSOL, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. MONICA BENICIO – Obrigada pela palavra, Presidente. Vou dialogar aqui no mesmo tema que a excelentíssima Vereadora Tainá de Paula, mas, na verdade, antes disso, eu gostaria de me direcionar a galeria. Nesse momento, quero agradecer pelo incansável entusiasmo e parceria de vocês e registrar que não há motivo para desânimo, nesse momento. Eu, pelo menos, não consigo ver assim, principalmente porque foram 6 anos e 10 dias até que a gente pudesse ter anunciado os nomes dos mandantes que tramaram o assassinato da Vereadora Marielle Franco.

Bom, eu esperei um pouco dessa vez para poder fazer o meu pronunciamento, nesse momento, porque eu tenho sistematicamente feito discurso nessa Tribuna, buscando dialogar com os meus pares aqui na Casa, falando a respeito de ler trechos do relatório da Polícia Federal, históricos da família Brazão e as suas relações com submundo do Rio de Janeiro, com a política, com corrupção, com a criminalidade, enfim.

Bom, mas na verdade, nada disso foi suficiente porque não importa para muitos dos vereadores. E, dito isto, eu gostaria também, para ser justa, de agradecer muito, imensamente, aos vereadores que têm se colocado e se posicionado no painel, seja lá como forem, mas que estão tendo a coragem e a dignidade de mostrarem para o Rio de Janeiro como é que votam, e em especial, estejam fazendo o seu trabalho, porque, afinal de contas, os requerimentos estão se acumulando.

Eu já avisei muitas vezes que não vou recuar da minha posição de seguir pedindo nominal. Portanto, entramos no impasse que é muito fácil de resolver. Basta a Câmara Municipal repactuar com a sua história, aproveitar a oportunidade de pedir desculpas à memória não só da Marielle, mas do que ela representa para um campo democrático, porque estamos falando de uma vereadora democraticamente eleita, com 46.502 votos.

Uma vereadora que fez um ano e três meses de um mandato que deveria ter durado quatro anos. Foi assassinada em exercício da sua função. Foi assassinada numa quarta-feira, depois de sair deste Plenário, ir para uma agenda de trabalho e não conseguiu chegar em casa para jantar. Uma vereadora que tinha um espírito republicano e fraterno com a maior parte dos vereadores que compõem ainda hoje esta Casa.

Se isso não é o suficiente para que os vereadores tenham a coragem e o respeito de cumprirem com o seu ofício para o qual foram eleitos e botarem ali os seus votos para darem andamento a isso, eu, honestamente,





não estou mais disposta a seguir aqui gastando meu latim, porque não importa.

Por isso, eu quero me referir, me direcionar às galerias e à história do Rio de Janeiro, porque o que transformou a Marielle num símbolo foi a luta popular, foi o povo, foi a indignação do povo que perdeu uma Marielle que era parte de si, também, fosse por convicção ideológica, fosse por identidade, naquele corpo que refletiu que o Brasil julga descartável o corpo preto, favelado, o corpo de mulher, o corpo LGBT.

Isso que o Brasil julga descartável fez com que os seus algozes pudessem julgar na lente do racismo, da misoginia, da lgbtfobia que este corpo ia ser o corpo silenciado e a sociedade permaneceria em silêncio. A sociedade, como em 2016 mostrou nas urnas quando elegeu a Marielle, disse que queria uma política diferente, uma política que podia estar refletida naquele corpo e naquela história.

Depois do assassinato dela, a sociedade poderia ter recuado e acolhido o medo, acolhido a violência como método de fazer política, mas não o fez e até aqui chegamos, juntos, juntas, e “juntas” e assim seguiremos porque a imagem de Marielle Franco representa um novo rumo na história política do Brasil e isso é inegociável. Muito obrigada, terça-feira tem mais.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora. Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2161/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR JOÃO MENDES DE JESUS, QUE “INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME E OUTRAS HEMOGLOBINOPATIAS”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

O SR. EDSON SANTOS – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Mais uma vez, para cumprimentar nosso ex-vereador e colega João Mendes de Jesus pela iniciativa. A anemia falciforme é uma doença que acomete principalmente a população negra brasileira e exige um tratamento continuado daqueles que são vitimados por essa enfermidade. Portanto, a proposta do Vereador João Mendes de Jesus de dar suporte a esse segmento da população eu considero fundamental.

Eu estive numa reunião com jovens e lá estava uma menina que padecia da anemia falciforme. Ela colocou que, em um final de semana, ela teve um problema, precisava de assistência médica e não tinha como se locomover até uma clínica que lhe prestasse o atendimento necessário. Por isso, eu faço ver aqui ao Executivo, que vai analisar esse projeto, que a assistência à anemia falciforme não pode ser apenas no Hemocentro, tem que ser descentralizada nas regiões do Rio de Janeiro para possibilitar o acesso da população carente a esse serviço. Portanto, eu encaminho favoravelmente à aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 2161/2023 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafa.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: F 2/3

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 22/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR PEDRO DUARTE, QUE “ALTERA O ART. 235 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Inaldo Silva;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE;
Comissão de Assuntos Urbanos, PENDENTE;
Comissão de Meio Ambiente, PENDENTE;
Comissão de Cultura, PENDENTE;
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, PENDENTE;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE.

*Em anexo o PELOM nº 24/2023.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PEDRO DUARTE – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Muito obrigado, Presidente. Em cima de construção de emendas com outros vereadores, solicito o adiamento da discussão do projeto por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Submeto ao Plenário o adiamento da discussão da matéria por uma sessão.
Os senhores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
A discussão do PELOM nº 22/2023 está adiada por uma sessão.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, QUE “ESTABELECE A FORMA DE FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES POR VIOLAÇÃO DO ART. 33 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO”.

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Inaldo Silva;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE;
Comissão dos Direitos dos Animais, PENDENTE;
Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, PENDENTE;
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, PENDENTE;
Comissão de Educação, PENDENTE;
Comissão de Proteção e Defesa Civil, FAVORÁVEL, Relator Ver. Dr. Carlos Eduardo;
Comissão de Segurança Pública, PENDENTE;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE.



(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Alexandre Isquierdo, que dispõe de três minutos.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Solicito, a pedido do autor desse projeto, o adiamento por cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Submeto ao Plenário o adiamento da discussão da matéria por cinco sessões.

Os senhores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei Complementar nº 104/2022 está adiada por cinco sessões.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2023 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 92/2023), QUE “INSTITUI A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DO ESTÁDIO DE SÃO JANUÁRIO NO BAIRRO VASCO DA GAMA, ESTABELECE DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DELIMITADA NA OPERAÇÃO, PERMITE A TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR, PERMITE A CONSTRUÇÃO ELEVADA SOBRE O EMBASAMENTO DA SEDE NÁUTICA DA LAGOA, INSTITUI CONSELHO CONSULTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER CONJUNTO DAS Comissões de Justiça e Redação, de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, de Assuntos Urbanos, de Esportes Lazer e Eventos, de Cultura, de Obras Públicas e Infraestrutura, de Turismo, de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, de Segurança Pública, de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, de Transportes e Trânsito, de Proteção e Defesa Civil, de Meio Ambiente, de Educação, de Defesa dos Direitos Humanos e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, Pela CONSTITUCIONALIDADE E NO MÉRITO FAVORÁVEL, Relator pela Comissão de Justiça e Redação Ver. Dr. Gilberto e pela Comissão de Mérito Ver. Jorge Felipe.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. PEDRO DUARTE – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Pedro Duarte, líder do Novo, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, desde já encaminhando favoravelmente ao projeto. Inclusive, hoje existe uma preocupação muito grande da torcida vascaína com relação ao cronograma dessa votação. Até por isso, felizmente, muitas pessoas se abstiveram aqui de discutir, que é um pouco mais longo, então também serei breve. Mas, desde já, já tivemos muitas audiências públicas, ainda temos mais uma audiência pública a ser realizada na terça-feira, a partir das 19 horas no Estádio de São Januário.

O Vereador Isquierdo, sempre muito presente, Vereador Teresa e muitos outros. Então, desde já convocando toda a torcida vascaína a estar presente. E não faltou oportunidade para que a gente pudesse discutir esse projeto. Certamente ainda teremos a 2ª discussão, com algumas emendas construídas ao longo desse processo, para aprimorar o projeto, o que já é de praxe do trabalho aqui da nossa Câmara Municipal, cumprindo o cronograma e aprimorando sempre os projetos. Vasco!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EDSON SANTOS – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, também encaminho favoravelmente à aprovação desta matéria. O Vasco é um clube de tradição no Brasil inteiro, e olhando para o Vereador Paulo Pinheiro, vascaíno roxo e ilustre desta Casa, lembro que o Vasco foi o primeiro clube a combater a briga contra a discriminação racial em nosso país, sendo, inclusive, excluído da Liga de Futebol do Rio de Janeiro por ter incluído negros em seu time de futebol.

Portanto, acho que esta votação aqui, a gente sabe das mudanças que ocorreram e vêm ocorrendo no mundo do futebol, e os clubes precisam se adaptar a essa nova realidade. Acho que essa votação aqui é uma homenagem ao Vasco como clube e à sua torcida também, pela grandeza que ela oferece à Cidade do Rio de Janeiro.

Aproveito este momento para fazer um desagravo do que ocorreu no jogo do America, da torcida do America, contra um grupo de torcedores democráticos, anti-imperialistas, que foi para a arquibancada no campo do América com uma bandeira da Palestina. Isso resultou em agressão e expulsão desses torcedores do estádio Giulite Coutinho. Eu sou americano e considero isso inadmissível. E o America que, inclusive, tem aqui algumas pendências legislativas para que possa recuperar a plenitude do seu tamanho de clube de futebol no Rio de Janeiro.

Mas eu acho que, ao mesmo tempo, Senhor Presidente, que votamos a solidariedade e o apoio aos clubes de futebol cariocas, devemos cobrar uma contrapartida desses clubes do ponto de vista do comportamento democrático, respeitoso e civilizado de todos os torcedores, independentemente da corrente política a que pertençam.

Portanto, encaminho favoravelmente a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

A Presidência tem a honra de registrar a presença do sempre vereador, deputado federal, nosso Luiz Ramos, “o homem do chapéu”.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar a votação, o nobre Vereador Felipe Michel, por delegação da liderança do Progressistas, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Quero encaminhar pelo Partido Progressistas, nobre presidente, e agradecer à minha líder, Vereadora Vera Lins, e dizer que o nosso partido é totalmente favorável ao estádio do Vasco, a este progresso. E quero parabenizar o Presidente, os vereadores vascaínos desta Casa que estão trabalhando cada vez mais com empenho. Estarei lá nesta audiência pública, meu irmão, Vereador Alexandre Isquierdo, às 19 horas, em São Januário.

Eu, como Vice-Presidente da FERJ, ex-atleta e amigo pessoal, peguei a seleção brasileira sub-20 com o Pedrinho, atual presidente, meu amigo desde os sete anos, e sei do trabalho que ele está fazendo à frente do Vasco.

E, para rebater a fala do nobre Vereador Edson Santos: o que se está fazendo com bandeira da Palestina no jogo do America? É para intrigar, tumultuar o jogo, numa partida de futebol, levantar a bandeira do Hamas, da Palestina, aquilo ali é hipocrisia!

Noutro dia, o Vereador Edson Santos falou aqui o seguinte, os baderneiros que estavam aqui na porta, Vereador Edson Santos falou que eram universitários, pessoas do bem. Vereador Edson Santos, vamos parar de





falar besteira aqui na Câmara toda hora, são baderneiros, hipócritas que vêm para cá para tumultuar a Câmara Municipal dos Vereadores. Vão para o Estádio Giulite Coutinho para tumultuar o jogo do America, isso aí é uma bobagem, uma hipocrisia, uma falácia, baderneiros que não têm o que fazer, vagabundos que o Vereador Edson Santos fica defendendo aqui na Câmara e no estádio, levantando bandeira do Hamas, da guerra, da desordem.

Então, Vereador Edson Santos, faça-me o favor, você sempre defende o Hamas, Palestina. Não, são baderneiros revestidos de palestinos! Uma vergonha, Presidente!

O SR. EDSON SANTOS – Esta é a voz do fascismo!

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Alexandre Isquierdo, por delegação da liderança do Bloco Juntos Pelo Rio, que dispõe de três minutos.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Senhor Presidente, é um dia muito importante para esta cidade, não apenas pra todos os vascaínos que sonham com a reforma de São Januário para uma capacidade de 20 mil para 45 mil pessoas. Como disse aqui o Vereador Pedro Duarte que me antecipou, este projeto tem sido exaustivamente debatido e discutido com audiências públicas e, mais uma vez, cabe reforçar o convite a todos vereadores para na próxima terça-feira termos mais uma audiência pública lá em São Januário.

Quero agradecer o apoio dos vereadores. Quem ganha é a Cidade do Rio de Janeiro, quem ganha é a economia. Isso vai gerar emprego, vai gerar renda, quem ganha é o povo carioca.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Marcos Braz, por delegação da liderança do PL, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCOS BRAZ – Boa tarde a todos.

Quero deixar clara a minha posição aqui em relação ao estádio do Vasco: é um projeto muito bom para cidade, é um projeto, como Vereador Isquierdo falou, que apresenta para economia do Rio de Janeiro número satisfatório, números importantes.

Agora, insta registrar a minha posição aqui, sendo Vice-Presidente de futebol do Flamengo: eu espero a coerência e a correção da mesma forma quando o projeto do Flamengo estiver aqui dentro. Então, nós aqui, na Sala Inglesa, já debatemos esse assunto, nós chegamos, não vou falar, em um acordo, mas no mesmo sentimento de que esses projetos são bons para a cidade, e eu espero só que os vereadores aqui que vão votar, que irão votar a favor do estádio do Vasco da Gama, como eu, eu também vou fazer essa votação a favor, que num compromisso em que, quando vier do Flamengo, seja honrado o que foi tratado aqui com todos nós.

Um abraço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador. Para encaminhar, o nobre Vereador Átila Nunes, Líder do Governo, que dispõe de três minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Boa tarde, Presidente; boa tarde a todos vereadores, vereadoras e servidores da Casa, à imprensa e a todos aqueles que estão nos acompanhando neste momento.

Presidente, apenas para reforçar o compromisso do Prefeito Eduardo Paes, não só o compromisso com o Vasco da Gama por deste projeto, tenho certeza que nós vamos primeiro impactar positivamente a cidade, o entorno de São Januário, mas também queria reforçar, aproveitando inclusive a fala do Vereador, nobre Vereador Marcos Braz, que é já público e notório o compromisso do Prefeito Eduardo Paes com todos os clubes da Cidade do Rio de Janeiro.

Nós sabemos que o Botafogo já foi contemplado, inclusive, nosso eterno Prefeito Cesar Maia, por intermédio do Engenhão, que hoje é a sede, já há algum tempo é a sede, o estádio ali usado pelo Botafogo. Nós

temos também um projeto sendo elaborado para ajudar o Fluminense, como Vossa Excelência defende muito, como tricolor.

Agora, nós estamos prestes a votar em 1ª discussão o projeto para ajudar o Vasco da Gama, e tenho certeza, como o prefeito também já divulgou publicamente nas redes sociais, total compromisso também para ajudar com o estádio o nosso rubro-negro Flamengo.

Então, apenas para dizer que nós votamos agora em 1ª discussão. Aproveito, inclusive, para pedir a todos vereadores, aqueles que quiserem apresentar emendas, que a gente possa fazer para 2ª discussão. Que as emendas sejam apresentadas, porque nós vamos ter que apresentar e colher os apoios de todas as comissões. Lembrando que este projeto envolve 17 comissões. Então, um projeto complexo, e para gente não perder, não deixar esse projeto para o segundo semestre, peço uma atenção especial de todos.

Estou vendo aqui o Isquierdo, Vereador Isquierdo, para que a gente faça isso. Porque se entrar uma emenda sem o parecer de todas as comissões, vai retirar o projeto de votação, e aí ficar só para o segundo semestre, e sabemos já de antemão que o segundo semestre será mais complicada a produtividade, o que é natural do processo legislativo.

Peço o apoio de todos agora, inclusive para o encaminhamento das emendas, que seja feito de forma acordada.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador. Para encaminhar, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, Vice-Líder do PSOL, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Senhor Presidente, senhoras vereadoras e vereadores, boa tarde.

Eu queria aproveitar este projeto para mostrar aqui o agradecimento. Queria parabenizar o Vereador Marcos Braz pela atitude correta, democrática, republicana, nós aqui não estamos votando, eu particularmente não estou votando porque sou vascaíno, estou votando porque o projeto é um projeto que, na discussão, tem apresentado muito sucesso em relação à Cidade do Rio de Janeiro. Da mesma maneira, quando apareceu o projeto do Flamengo, tendo a mesma opinião, tenho a certeza que nós vascaínos aqui votaremos da mesma maneira, porque nós aqui estamos votando como vereadores, não como torcedores, nesse momento. Na arquibancada, a gente torce, sofre, né? O vereador sabe do nosso sofrimento. Mas nós vamos aqui discutir um projeto que é importante para sociedade. Estamos aqui com o vascaíno mais jovem aqui da Casa. Está aqui ouvindo o que eu estou falando, não é verdade? Então, mostrar uma posição nossa, aqui da bancada, favorável ao projeto. E torcer para que a gente, com esse projeto, melhore e muito a vida daqueles que moram no entorno de São Januário. Eu conheço bem a área. Eu nasci na Rua General Argolo, ali ao lado de São Januário, me criei no Vasco da Gama. É um clube que tem uma tradição muito importante em relação à democracia, em relação a coisas muito bonitas. E esse projeto é um projeto interessante não só para o Vasco da Gama, mas é interessante também para os seus moradores e para todos aqueles que trabalham naquela área em torno de São Januário. Nosso voto é favorável, esperamos que ele seja aprovado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Zico, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de três minutos.

O SR. ZICO – Presidente, primeiro parabenizar o Braz pelas suas palavras. Eu acho que a gente tem que ter a rivalidade, mas aqui é como o nobre deputado Paulo Pinheiro falou, aqui é pensar na Cidade do Rio de Janeiro, pensar nos bairros em torno ali, São Januário, Barreira, Arará, tudo que tem ali, e é por isso que a gente é favorável. Porque tem que ter uma união da Casa não só pelo Vasco, mas também pelo Clube de Regatas do Flamengo.

Obrigado e Deus abençoe a todos aí. Vamos com tudo!

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.



Para encaminhar o nobre Vereador Jorge Pereira, é isso?

O SR. JORGE PEREIRA – Não, eu quero na verdade dedicar o meu voto. Porque todo mundo já vai votar no Vasco. Então eu queria...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Eu já passo a vossa excelência.

O SR. JORGE PEREIRA – Eu queria dedicar o meu voto para o Paulo Jorge. O Paulo Jorge é um diretor do Vasco que...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereador, então eu peço desculpas, não é para encaminhar.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felipe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Marcos Braz, Monica Benicio, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Vítor Hugo, Waldir Brazão, Wellington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 47 (quarenta e sete), não havendo voto contrário. Presentes e votando 47 (quarenta e sete) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando SIM 47 (quarenta e sete) senhores vereadores.

O Projeto de Lei Complementar nº 142/2023 está aprovado e voltará em 2ª discussão, após o intervalo de 48 horas.

O SR. JORGE PEREIRA – Declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Jorge Pereira, que dispõe de três minutos.

O SR. JORGE PEREIRA – Eu não consegui passar a minha mensagem. Eu quero oferecer o meu voto a Paulo Jorge. Ele era diretor do Vasco. Junto com os outros, está fazendo o engrandecimento do Vasco da Gama. Então, o meu voto eu ofereço ao Paulo Jorge. Muito obrigado por tudo o que ele tem feito pelo Vasco.

Obrigado, Presidente.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Declaração de voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para declaração de voto, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de três minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Quero parabenizar os parlamentares que vêm discutindo e se dedicando ao que eu chamo não apenas de recuperação do entorno do Vasco, mas de São Cristóvão, como um todo. E quero reforçar aqui: assim como a operação do Vasco mais todas as operações consorciadas e interligadas que nós aprovamos nesta Casa precisam e devem passar por ajustes e acomodações necessárias, principalmente em relação aos parâmetros construtivos. E, em concordância ao Colégio de Líderes, nós demos um voto de confiança nessa primeira votação. Mas é muito importante que, na próxima reunião técnica, tanto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SM-

DUE), como outros setores do Executivo Municipal venham à Casa para nos dedicarmos às melhorias e às intervenções necessárias a essa matéria.

Obrigada, Presidente Caiado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE “INSTITUI A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DO AUTÓDROMO PARQUE DE GUARATIBA, NO BAIRRO DE GUARATIBA, ESTABELECE DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DELIMITADA NA OPERAÇÃO, PERMITE A TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER CONJUNTO DAS Comissões de Justiça e Redação, de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, de Assuntos Urbanos, de Meio Ambiente, de Esportes, Lazer e Eventos, de Turismo, de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, de Obras Públicas e Infraestrutura, de Transportes e Trânsito, de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, de Trabalho e Emprego, de Cultura e de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, Pela CONSTITUCIONALIDADE E NO MÉRITO FAVORÁVEL, COM VOTO CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, VOTO CONTRÁRIO VENCIDO DO VEREADOR PAULO PINHEIRO PELA COMISSÃO DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL E VOTO CONTRÁRIO VENCIDO DO VEREADOR WILLIAM SIRI PELA COMISSÃO DE TRABALHO E EMPREGO.

*Incluído pelo Vereador Zico.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Para encaminhar, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, quero encaminhar favoravelmente à aprovação da matéria. Esse projeto do Autódromo, do ponto de vista ambiental, é melhor do que o projeto previsto ali para aquela região de construção de habitação, o que teria um impacto ambiental muito maior do que a construção do Autódromo. E o projeto do Autódromo também poderá e deverá mitigar a questão ambiental ali, com a recuperação de manguezais, coisas que são fundamentais àquela região de Guaratiba.

Outro ponto que acho importante colocar é a questão da urbanização do entorno ali daquela região, sem a previsão da remoção das famílias ali colocadas. As pessoas que ali moram devem continuar morando. E se estão em situação de dificuldade, de moradia ainda precária, o Autódromo deve contribuir para a melhoria das condições de moradia das pessoas que ficam no entorno do Autódromo, até porque o Autódromo é um projeto visto por mim como um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, e o desenvolvimento econômico pressupõe a melhoria das condições de moradia, das condições de vida, das condições de trabalho das pessoas impactadas por esse projeto.

Por fim, Senhor Presidente, quero chamar a atenção para algo que vem me incomodando. O Vereador Felipe Michel resolveu ser o paladino da direita, aqui, na Casa. Quando se faz uma fala aqui referente a uma arbitrariedade cometida dentro do campo do América, do Estádio Giulite





Coutinho, contra torcedores, o vereador vem aqui espinafrar, dizer que eu defendo baderneiro. Vereador Felipe Michel, me respeite!

Em primeiro lugar, eu defendo a liberdade de manifestação e expressão. A questão Palestina já está consolidada, o direito dos palestinos a uma vida digna já está consolidado na comunidade internacional. Quem está sendo condenado, por seus atos naquela região, é Israel. O último ato foi bombardear uma escola da ONU.

Então, vejam bem o que essas pessoas aqui estão defendendo! Se quiser fazer o debate sob a Palestina, façamos. Marquemos aqui, terça-feira, às 14 horas e façamos um debate em profundidade sobre a temática Palestina. Agora, não adianta ir para aquele microfone proferir impropérios e gritos, acusando aqueles que têm sensibilidade com a causa Palestina de estar defendendo baderneiros. Ora, faça-me o favor!

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Dr. Gilberto, por delegação da liderança do Bloco Juntos Pelo Rio, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. GILBERTO – Senhor Presidente, boa tarde a todos!
Hoje é um dia de alegria para esta Casa, por vários motivos. Nós tivemos, aqui, hoje, 32 minutos discutindo realmente coisas importantes para a nossa cidade. Parabenizo a todos os pares que se propuseram a votar e ter esse projeto de São Januário. Parabenizo o empenho aqui do meu amigo, Isquierdo. Eu tenho certeza que será de muito valia para o crescimento de nossa cidade.

Em relação ao projeto em questão, Presidente, eu sou morador da região, moro bem próximo de onde será implantado o autódromo do Rio de Janeiro. Conheço bem a as necessidades da área, assim como todos os vereadores de Campo Grande e de Guaratuba. Eu gostaria de dizer o seguinte: é um empreendimento extremamente importante para todos nós. Eu presencio, vivo a sua luta, Presidente, o seu empenho, o empenho de todos os vereadores da região para a construção desse estádio.

Quero dizer o seguinte: toda obra de importância tem algum impacto, mas eu enxergo como o impacto mais importante para a nossa cidade a melhoria de qualidade de vida de todos da região de Guaratiba, da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Então, tenho certeza que todos entenderão a necessidade de desenvolvimento, não só econômico em todas as áreas, e que votemos pela aprovação desse projeto.

Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.
Com a palavra, o nobre Vereador Junior da Lucinha, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de três minutos.

O SR. JUNIOR DA LUCINHA – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores: hoje é um dia muito importante, pois esse projeto do Autódromo-Parque de Guaratiba vai desenvolver aquela região, tão importante que necessita de tantos investimentos. É importante ressaltar que a maior obra de urbanização da América Latina está sendo feita pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no Jardim Maravilha. São R\$ 300 milhões de investimento em urbanização e saneamento básico, e esse autódromo-parque vai desenvolver a região de toda Guaratiba, gerando emprego, gerando entretenimento.

Então, hoje é um dia muito importante com a aprovação desse projeto, que vai fazer com que a Zona Oeste consiga cada vez mais receber investimentos, se desenvolver, gerando muitos empregos. Então, Presidente, hoje é um dia muito importante. Vim aqui encaminhar favoravelmente a esse projeto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Alexandre Isquierdo, que dispõe de três minutos.

O SR. ALEXANDRE ISQUIERDO – Senhor Presidente, eu só queria destacar que, na audiência pública, realizada na Barra da Tijuca, teve ali um líder comunitário que enfatizou a importância do autódromo para

aquela região. Então, vale ressaltar que a população, os moradores daquela localidade estão vibrando com a chegada do autódromo. Como eu falei, assim como a reforma do Estádio de São Januário, será com o autódromo, que vai gerar emprego, renda. A gente ter Fórmula 1, Fórmula Indy e GP de Motovelocidade voltando para a Cidade do Rio de Janeiro.

Então, quero aqui também enaltecer a liderança do Presidente Caiado pela aprovação deste projeto no qual todos ganham. É uma vitória para a cidade.

Parabéns, Presidente Caiado.
O SR. WILLIAM SIRI – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador William Siri, por delegação de liderança do PSOL, que dispõe de três minutos.

O SR. WILLIAM SIRI – Obrigado, Presidente.
Presidente, este Parque Autódromo é um projeto que gera diversas dúvidas, a princípio. A gente vem olhando o projeto e vem falando ali de toda Guaratiba, que é uma região, infelizmente, mas é uma realidade, ainda muito pobre da nossa cidade.

Nós queremos, sim, todo tipo de desenvolvimento, mas que tenhamos um desenvolvimento sustentável. Minha orientação hoje pelo PSOL é para que a gente vote pela abstenção, por quê? Porque estamos ainda em negociação com o Líder do Governo, Átila Nunes, com a Presidência e também com os demais vereadores e vereadoras.

Nós estamos querendo incorporar esse projeto, ver a parte ambiental, a parte social de contrapartida. É um projeto que, sim, pode trazer desenvolvimento, mas o “como” é importante também. Então, neste momento, em 1ª discussão, o PSOL encaminha pela abstenção.
Obrigado, Presidente.

O SR. ROCAL – Para encaminhar, Senhor Presidente.
O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Rocal, que dispõe de três minutos.

O SR. ROCAL – Senhor Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores,boa tarde.
Guaratiba merece! Guaratiba merece ser olhada, ser vista, ser investida! Tenho certeza de que, com a chegada deste autódromo, toda aquela região de Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, com certeza vai voltar para o mapa de maneira a despertar esse olhar carinhoso que a região tanto merece.
Portanto, eu encaminho favoravelmente a este projeto.
Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador Rocal.
O SR. ZICO – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Zico, que dispõe de três minutos.
O SR. ZICO – Boa tarde, Presidente.

O pessoal bota uma pilha danada aqui.
Aproveitando essa oportunidade para falar do autódromo, eu costumo dizer que meu pai era apaixonado por corrida de Fórmula 1. Então, era o momento que ele dizia: “Zico, agora, filho, você vai ficar no comércio lá, que eu vou ver a corrida.” E aí eu ficava no comércio enquanto meu pai via a corrida, na época do Piquet, do Emerson Fittipaldi, depois, Senna.
Como é que a gente quer ter mais pilotos de Fórmula 1 se não temos autódromo na Cidade do Rio de Janeiro e diminuem os autódromos cada vez mais no Brasil? Então, esse autódromo que está vindo para a Zona Oeste, como eu falo, a Zona Oeste raiz, a Zona Oeste de verdade, isso é uma bênção de Deus. Não só para a Zona Oeste raiz, mas para a Cidade



do Rio de Janeiro. Ele vai trazer segurança para aquela região, como Rocal falou, ali, para Pedra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz, Paciência, em torno ali no Mato Alto, toda aquela área.

Vai trazer segurança, vai trazer mais turismo para aquela região, vai gerar emprego para aquela região. Então, é só alegria. É favorável sempre cada vez mais investimentos para nossa Zona Oeste, a Zona Oeste raiz, a que mais precisa de investimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

O SR. ÁTILA NUNES – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Átila Nunes, Líder do Governo, que dispõe de três minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Bem, Presidente, primeiro, queria parabenizá-lo diretamente, porque não é de hoje, na realidade, estamos falando de muitos e muitos anos que Vossa Excelência vem defendendo a necessidade de uma solução para que o Rio de Janeiro volte a ter autódromo na nossa cidade.

Nós cansamos de ver, pelo menos quem tem um pouco mais de idade, como eu, me recordo bem, o impacto que era na Cidade do Rio de Janeiro quando tínhamos provas de Fórmula 1, e mesmo fora desses grandes eventos, o quanto mobilizava a cidade qualquer prova que ali acontecia.

Existe hoje uma legião de órfãos, fãs do automobilismo, da corrida de moto velocidade e até mesmo do kart, que, infelizmente, ficaram sem um espaço apropriado. Com isso, tenho certeza de que não é só o Rio de Janeiro que ficou com uma lacuna, posso afirmar que o Brasil ficou com uma lacuna, porque o Rio de Janeiro era único nesse quesito.

É um momento muito especial, estamos dando um passo concreto para realizar uma demanda de mais de uma década. Essa demanda, agora, nós estamos, a partir dessa votação, mas também a exemplo do que nós discutimos com relação ao projeto do Vasco, haverá uma necessidade de amadurecer as emendas. E muito importante que as emendas sejam apresentadas em conjunto, junto com os pareceres das comissões. Porque se isso não acontecer o projeto sai de pauta nesse primeiro semestre, e nós sabemos, como eu disse, já na outra, que no segundo semestre, será muito complicada a votação.

Por isso, eu faço um apelo aqui. Um apelo para que toda emenda seja apresentada dentro de um acordo. Não só das lideranças, mas diria que de toda a Câmara de Vereadores. Para que possamos buscar junto às comissões permanentes o apoio. E que possamos ter, ainda no mês de junho, a aprovação em definitivo desse projeto, e, finalmente, tornar realidade o novo autódromo da Cidade do Rio de Janeiro.

Obviamente encaminho de forma favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, a nobre Vereadora Teresa Bergher, líder do PSDB, que dispõe de três minutos. Obrigado, Vereador Átila.

A SRA. TERESA BERGHER – Senhor Presidente, demais colegas vereadores e vereadoras, eu vou encaminhar favorável ao projeto, sim. Mas vou apresentar emendas, porque aquela área é muito sujeita a inundações. Então, nós temos de ver e avaliar os aspectos ambientais, e também a questão da drenagem.

E fica aqui uma humilde sugestão.

Que não estejamos construindo mais um autódromo para amanhã ser privatizado, como já aconteceu no passado. Como esta Prefeitura ultimamente está privatizando tudo, então há esta preocupação também.

Eu vou apresentar emendas, mas, em 1ª Discussão, voto favorável ao projeto.

Obrigada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora Teresa Bergher. Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felipe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Marcos Braz, Pablo Mello, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Wellington Dias, Willian Coelho e Zico 41 (quarenta e um), não havendo voto contrário. Absteram-se os Senhores Vereadores Monica Benicio, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Thais Ferreira e William Siri 5 (cinco). Presentes 46 (quarenta e seis) senhores vereadores. Votando 41 (quarenta e um). Absteram-se 5 (cinco) senhores vereadores.)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 46 (quarenta e seis) senhores vereadores. Votaram SIM 41 (quarenta e um) senhores vereadores. Absteram-se 5 (cinco) senhores vereadores.

O veto está aprovado e o Projeto de Lei Complementar nº 162/2024 voltará em 2ª discussão, após o intervalo de 48 horas.

Obrigado a todos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para declaração de voto, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de três minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Nobres colegas, em especial o nobre Vereador, Líder do Governo, Átila Nunes. Eu, claro, quero referendar aqui o avanço nos últimos anos no debate sobre este autódromo, que é algo pedido, solicitado por diversos setores da Cidade do Rio de Janeiro, há quase uma década. E eu quero reforçar aqui, principalmente tendo acompanhado mais de perto o diálogo sobre o autódromo, que foi retirado, enfim discutido, há muito tempo, sobre a construção ou não. Quero reforçar aqui a importância, a relevância do movimento ambientalista sobre essa discussão, mas quero reforçar aqui preocupações que permanecem. Primeiro, é muito importante, Vereador Átila Nunes, que façamos uma discussão com a Secretaria de Meio Ambiente e com Smdue sobre os condicionantes ambientais, que vão versar sobre esse novo material, esse novo autódromo que é nos apresentado. E é fundamental que todos os impactos, os estudos de vizinhança e, principalmente, as obras de infraestrutura necessárias à região de Guaratiba... Ilha de Guaratiba, Vereador Rocal, é um bairro que alaga muito, e é muito importante que essa obra tenha algumas contrapartidas.

É claro que nós queremos capital privado investindo na infraestrutura da cidade, principalmente na Zona Oeste. Os vereadores da Zona Oeste estão angustiados com mais investimento, mas é fundamental que o investimento venha carregado, venha acompanhado de mais obras e, de fato, de mais desenvolvimento. Nós não queremos um muro, uma cerca delimitando onde os mais vulneráveis vão poder estar. Se eles vão poder acessar este benefício que o autódromo irá trazer, ou não, isso trará novos parques para região? Isso trará segurança climática para a região? Definitivamente, são questões que nós, vereadores, podemos construir no Colégio de Líderes, nas nossas reuniões internas técnicas, e, é claro, encaminhar da melhor forma possível esse projeto finalmente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE





EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163/2024 DE AUTORIA DO PODEREXECUTIVO, QUE «REGULAMENTA OS INSTRUMENTOS PREVISTOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 270, DE 16 DE JANEIRO DE 2024, ESTABELECE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES E ACRÉSCIMOS NAS EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

PARECER CONJUNTO DAS Comissões de Justiça e Redação, de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, de Assuntos Urbanos, de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, de Meio Ambiente, de Cultura, de Proteção e Defesa Civil e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, Pela CONSTITUCIONALIDADE E NO MÉRITO FAVORÁVEL, COM VOTOS CONTRÁRIOS VENCIDOS DA VEREADORA TERESA BERGHER, PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS; DO VEREADOR PAULO PINHEIRO, PELA COMISSÃO DE HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL E DO VEREADOR WILLIAM SIRI, PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE.

*Incluído pelo Vereador Átila Nunes.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Para discutir, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de 15 minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, tivemos hoje uma reunião importante, na Sala das Comissões, com relação a esse projeto.

Primeiro que eu considero o título dele bem inadequado, independentemente do mérito, pois fui membro da Comissão do Plano Diretor e posso afirmar – debato isso com qualquer pessoa que queira, inclusive do governo – que esse projeto não é um projeto de regulamentação dos instrumentos do Plano Diretor. Ponto. Vários instrumentos do Plano Diretor poderiam vir a debate aqui na Câmara Municipal, sendo a favor ou sendo contra – inclusive, eu tenho várias ressalvas a alguns deles –, mas aqui não fala, por exemplo, de IPTU progressivo; aqui não fala do Estudo de Impacto de Vizinhança, aqui não fala da transferência do direito de construir.

Eu poderia listar 15 instrumentos do Plano Diretor que não estão tratados nesse projeto. Esse projeto tem mais de 10 vezes a palavra “pagamento”, “contrapartida”. Por quê? Porque ele é um projeto, já muito conhecido por esta Casa, que tem um apelido de como ele tem que ser chamado: isso aqui é um projeto de Mais Valia e Mais Valerá. Não tem problema. As pessoas podem vir aqui, discutir e serem favoráveis. O subsecretário, inclusive, defende a Mais Valia e o Mais Valerá. E existem argumentos legítimos com relação a isso. Mas temos que ser sinceros e claros: estamos discutindo, nesta Casa, um novo projeto de Mais Valia, ou seja, de regularização, e de Mais Valerá, ou seja, de, já no licenciamento, mediante pagamento, poder ter regras diferenciadas.

Duas reflexões iniciais, com relação, primeiro, à Mais Valia e à Mais Valerá. Quando a gente fala de Mais Valia, Presidente, é a regularização de algo que já foi construído, já foi realizado fora da legislação, mas que se entende que, mediante pagamento, aquilo pode ser regularizado. Não é qualquer coisa! São algumas construções, dentro de determinados critérios, que nós debatemos aqui. Eu entendo que, conceitualmente, algum nível de regularização do erro realmente tem que ser incorporado. Porque a pessoa faz um puxadinho a mais na sua casa, faz um segundo andar, faz uma casa nos fundos e, de fato, a pessoa não conhecia aquela legislação, não causa grandes danos ao planejamento urbano, às características daquele bairro, e isso pode ser incorporado. Algumas vezes, não! Algumas vezes aquilo estraga o paisagismo, estraga o planejamento

urbano e distorce a visão de cidade que nós queremos ter e, em função disso, não pode ser, nem mediante pagamento, incorporado. Isso com relação à Mais Valia.

Com relação à Mais Valerá, eu tenho críticas muito mais duras, muito mais severas. Quais são? À Mais Valerá, a maior crítica, meu maior questionamento é: por que a Mais Valerá, as regras que querem flexibilizar, mediante pagamento, por que elas não estão incluídas na regra geral? A Mais Valia tem aquela lógica de “Ah, a pessoa não conhecia a legislação. Ah, já está construído. Ah, o erro já foi feito”. Ok. Esse é um debate. Agora, na hora de pedir a licença, a pessoa vai lá, ela vai pedir a licença de construção daquela obra, daquele prédio, daquele condomínio. Ela já está falando: “Olha, eu já vou fazer aqui, fora da legislação, uma cobertura a mais, um pavimento a mais, uma garagem maior; o prédio vai ser um pouquinho mais extenso”. Se a cidade comporta um pavimento a mais, se a cidade comporta um crescimento horizontal, comporta vários dos dispositivos que estão postos nessa legislação, por que a gente não incorporou na legislação?

Eu, em vários momentos do Plano Diretor, defendi, em várias áreas da cidade, porque eu sou a favor de adensamento em eixos de transporte mais estruturados, de maior verticalização, por que a gente não incluiu um pavimento a mais nessa legislação? Inclusive, alguns momentos, eu defendi que bairros da cidade saíssem de seis pavimentos para oito. A Prefeitura foi contra! Com argumentos técnicos, a Prefeitura falou: “Não, Vereador, tem que manter em seis pavimentos, tem que manter em sete pavimentos”. Aí dá três meses que o Plano Diretor foi sancionado, e vem uma legislação: “Olha, aquilo que era seis, se pagar, pode virar sete”.

Então, por que foi contra no momento que eu defendi que fossem sete? Por que foi contra várias dessas flexibilizações, no momento da regra geral, que teve audiência pública, que tem planejamento urbano, que tem previsibilidade.

E a resposta, infelizmente, Presidente, é muito simples: porque aí não tem pagamento de contrapartida. A prefeitura deixa de arrecadar. No último Mais Valia aprovado nessa Casa, com meu voto contrário, segundo dados que o Secretário apresentou, foram mais de R\$ 400 milhões que a Prefeitura colocou nos cofres públicos.

E a expectativa desse projeto de arrecadação estão dizendo que passa de R\$ 600 milhões. Só que aí a gente inverte a lógica, porque ao invés de debatermos planejamento urbano, e eu tenho uma visão, outros vereadores têm outra visão legítima, a gente vai para o voto. Só que a gente não está discutindo isso. A Prefeitura passa a calcular com base em “de onde eu tiro R\$ 50 milhões? Ah, espera da reconversão de hotel na orla, se eu fizer assim aqui, eu pego R\$ 50 milhões, se eu der mais uma cobertura viram mais R\$ 80 milhões. Se eu deixar reconverter o embasamento”.

E, aí, ela começa a procurar dinheiro. Onde eu consigo flexibilizar para arrecadar? E isso é uma distorção tremenda da forma de se fazer planejamento urbano, que tem que ser discutido não com base no que a Prefeitura vai arrecadar, no que a Prefeitura pode arrecadar. Tem que ser como nós fazemos o entorno das áreas de transporte público, de trem, de metrô para morarem mais pessoas.

Ah, com mais gabarito, com mais potencial construtivo, com moradia social... Aí cada vereador tem a sua proposta, mas esse é o debate do planejamento urbano. O debate do planejamento urbano quando a gente fala: “a área de playground, o pavimento de uso comum, muito conhecido nos prédios como play, seria bacana se ele ficasse na cobertura”. Porque aí, Vereadora Monica Benicio, o play que todo condomínio pode usar, que todo prédio pode usar, a senhora é arquiteta, ele passa a ter vista ao invés de que da última pessoa que mora no prédio mais alto, ela ter aquela vantagem só para ela.

Então, o pavimento de uso comum, e nós votamos isso no Plano Diretor, que, no pavimento de uso comum em prédios com mais de sete andares, o play fosse para o terraço, para que todo o condomínio usufruísse de mais sol e dessa vista. Aí vem a legislação, com o Mais Valerá, com cobertura no terraço, pagando. Aí você fala “Ué, o que vai ficar no terraço? O pavimento de uso comum ou a cobertura pagando a mais?” Isso tem que ser esclarecido.

A prioridade é do uso condominial ou é da cobertura de uma família que vai realizar isso mediante pagamento? Os dois lados podem ser dis-





cutidos. No Plano Diretor, tivemos três anos para discutir isso e chegamos a uma decisão.

E agora temos aqui outra decisão, num projeto que vem três meses depois. Então, é lamentar que esse debate pode e é legítimo que seja feito, mas deveria estar concentrado em regras gerais.

Bom, então, esse é o maior debate que eu gostaria de trazer, as minhas maiores críticas ao o projeto de lei estão nesse conceito do Mais Valerá. E não é nem que eu discorde de boa parte das flexibilizações que vêm lá. O pior: pelo contrário, eu concordo com boa parte dos artigos que estão ali. Um deles, por exemplo, traz você pegar uma quadra, uma rua, um lado de uma rua que já tem vários prédios de 10 andares, 10 andares, 10 andares, e a legislação hoje é de quatro andares naquela rua.

Isso causa uma empena cega, porque você tem dois prédios 10 andares, o novo será mais baixo e a lateral daqueles prédios, a gente vê muito disso pela cidade, a lateral vira um grande paredão.

E eu considero isso urbanisticamente ruim, e muitas também. E aí o projeto trouxe: olha, você pode realizar o fechamento dessas empenas, você pode realizar o fechamento, se você encontrar uma rua, uma quadra que tem certo pavimento, certo gabarito, mas você está causando ali um “dente”, uma distorção – esse é um debate. Só que eu trouxe esse debate há mais de um ano. Essas regras poderiam ter sido incluídas no Plano Diretor, e não foram. E a gente trouxe esse debate. Mas, mediante pagamento, pode. E aí eu fico até, Presidente, numa situação às vezes chata com relação a isso, porque eu gostaria de ver aquela regra aprovada.

Eu sou a favor do artigo, mas não de que, no final, tenha um “mediante pagamento”. Porque, para fazer, se eu considero urbanisticamente bom, positivo, bom para a cidade, por que só pode fazer se for pagar? Ou se considera equivocado e a Prefeitura reconhece um erro mediante pagamento? Esse é um ponto, como eu disse.

Mas no licenciamento não faz sentido. Vamos reabrir, então, a discussão do Plano Diretor e incorporar todos esses planos. Alguns desses pontos eu considero, dentro do projeto, positivos, mas lamento que ele venha sempre acompanhado de “mediante pagamento, mediante pagamento, mediante pagamento”.

Na reunião, nós vimos hoje, com o Subsecretário Thiago, alguns bons pontos para discutir. Talvez a gente tenha avanços com relação ao projeto, e algum deles, até iniciativas muito bacanas, que vieram no Plano Diretor, muito positivas para a nossa cidade, que a Prefeitura veio num posicionamento de desestimular. E eu vou dar dois exemplos. Um deles é: no Plano Diretor, a gente autorizou que estações de trem e estações de metrô sejam autorizadas a edificar, construir em cima delas. Que a gente possa fazer um prédio comercial na estação São Cristóvão, que a gente possa fazer um prédio residencial na própria estação São Cristóvão e em outras da linha. Qual é a ideia? O metrô ou o trem passam a ganhar, poder capitalizar com essa atividade imobiliária, o que ajuda o sistema a se manter de pé, e a cidade ganha, porque são mais pessoas morando perto do trem e do metrô. Mais do que morando perto, morando em cima. Não há localização melhor, do ponto de vista de transporte, do ponto de vista de facilidade de se chegar ao transporte público de massa.

Então, é positivo, só que aí vem a Prefeitura e diz: “Olha, o coeficiente de aproveitamento básico (CAB), o mínimo de potencial construtivo que você tem aqui é 0.1. Tudo acima disso, você vai ter que me pagar”. Gente, em qualquer lugar da cidade virou CAB 1. Se a pessoa tem um terreno completamente distante do trem, do metrô, a nossa interpretação foi: essa pessoa vai construir o mínimo, ela vai construir 1. E aí, em cima do metrô e do trem, a gente deu 0.1, 10% do lugar mais distante possível do trem e do metrô. Não faz sentido nenhum, Presidente.

Então, a Prefeitura está ali querendo desestimular um modelo que a gente debateu e viu como positivo.

Outro ponto, até em desrespeito com o que a gente votou aqui dentro desta Casa, uma emenda de minha autoria no Plano Diretor, de que, quando você tiver um prédio já existente, um prédio de 10 andares, da década de 60, década de 50, um prédio já construído, já tem até certo tempo de existência, e a nova Legislação diz que seriam só seis pavimentos. O que hoje a construtora, o construtor pode fazer? Ele pode pegar esse prédio de 10 andares, destruí-lo por inteiro por dentro, só mantém a casca, destrói as paredes, mexe no encanamento, destrói ele inteiro – o nome disso é

retrofit –, e lança novo, com 10 andares. Se ele demolir, ele precisa fazer com seis andares. Só que muitas vezes o retrofit é muito caro, porque na hora de você quebrar a parede, você não sabe o que você vai encontrar, a qualidade daquele encanamento, a qualidade do material que tem ali.

Ou pior, é uma laje corporativa, o pé direito é diferente, tem dois banheiros por andar, e na hora de fazer o residencial, você vai precisar fazer muito mais banheiro, mexer no encanamento. É mais fácil demolir, é mais fácil, mais barato, mais economicamente viável fazer a demolição e reconstruir do tamanho que ele já existia. A paisagem já tem um prédio de 10 andares, aquele bairro já está acostumado com o prédio de 10 andares, já é um fato existente e consolidado na rua, no bairro. Mas não, a Prefeitura está dizendo agora que não é o que a gente previu no Plano Diretor, que a diferença entre a volumetria passada e a volumetria da nova Legislação, vai ter que pagar. Não foi isso que a gente discutiu no Plano Diretor. Não foi isso. Inclusive, em reunião técnica, que foi a voto; e depois em Plenário, que foi a voto.

Então, a gente passa três anos discutindo um artigo que foi muito discutido com posições favoráveis e contrárias, aí, dão três meses e já quer mudar.

Mais uma vez, eu entendo pessoas que foram a favor e contrárias a este artigo. Ganhou, por exemplo, na reunião da discussão técnica, três a dois, três vereadores votaram a favor e dois contra, mas isso é a prova de que teve o debate, de que teve o espaço técnico para isso. E agora, três meses depois, a Prefeitura quer mudar mediante pagamento.

Então, Presidente, para concluir, esse projeto não é um projeto de regulamentação do Plano Diretor, é um projeto do “mediante pagamento”, projeto de Mais Valia e Mais Valerá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência tem a honra de registrar a presença do Deputado Carlos Santana. Muito obrigado pela presença de Vossa Excelência. Sempre deputado!

Para discutir, o nobre Vereador Átila Nunes, que dispõe de 15 minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Boa tarde, Presidente e todos os vereadores e vereadoras.

Primeiro, queria destacar o trâmite pelo qual esse projeto já vem passando. A exemplo do que nós já discutimos, votamos dois projetos anteriores do Executivo, esse é o terceiro em sequência do Poder Executivo; e nos três projetos, é muito importante destacar que já ocorreram as audiências públicas, não só as audiências, especificamente agora nesse projeto que trata da regulamentação dos instrumentos do Plano Diretor, é muito importante destacar que nós tivemos uma reunião agora há pouco. Infelizmente, a gente até desejava que tivesse mais presença dos vereadores, mas queria inclusive agradecer aqueles que participaram, justamente para que a gente pudesse discutir ponto a ponto. A gente sabe que sempre quando há um debate, um projeto falando de instrumentos urbanísticos, sempre há um questionamento mais forte, inclusive ideológico. Normalmente, os vereadores de oposição costumam ser mais críticos a esses projetos, assim como também a base do governo vem aprovando e, com isso, a nossa ideia e a intenção é que não houvesse dúvida na hora que chegasse aqui no Plenário.

Por isso, nós promovemos, a exemplo do que nós já tínhamos feito em projetos passados, com relação a urbanismo, a mesma coisa esses últimos dois projetos que foram aprovados no dia de hoje, a questão do Vasco da Gama, assim como também o autódromo. O Subsecretário Thiago Dias esteve aqui presente.

Existem alguns questionamentos, o nobre vereador que falou antes de mim, Pedro Duarte, apresentou alguns questionamentos não só aqui na Tribuna, mas também apresentou questionamentos na reunião, questionamentos relevantes, o que faz a gente acreditar que provavelmente algumas emendas serão apresentadas e desde hoje, eu peço para aqueles vereadores que tiverem intenção de apresentar também emendas com relação a esse projeto, que possam encaminhar para a liderança de governo para que, a exemplo do que a gente vem pedindo com relação aos outros dois, para que a gente possa num pacote único pegar o apoio de





todas as emendas para que todas as emendas tenham a possibilidade de chegar em Plenário.

Também é importante destacar que esse projeto visa atualizar alguns instrumentos depois da aprovação do Plano Diretor por essa Casa, há necessidade de fazer todo esse conjunto de atualizações. O projeto tem a sua complexidade, obviamente, por se tratar não só de um projeto urbanístico, mas também a gente está falando de instrumentos que sempre despertam dúvidas da sua utilização. O vereador que me antecedeu indicou a questão da Mais Valia, de fato, está incluída nesse projeto a possibilidade da Mais Valia. Sabemos que há um debate delicado com relação tanto a Mais Valia quanto a Mais Valerá. É uma discussão até mesmo conceitual.

Pedro Duarte vem fazendo crítica nas outras vezes com relação ao Mais Valerá. Eu entendo, Vereador, e eu entendo, perfeitamente, a sua concepção de que o ideal teria sido a inclusão dessa dinâmica que pode ser utilizada no Mais Valerá já no Plano Diretor, já uma previsão inicial. Entretanto, o conjunto da Casa na sua maioria entendeu que não cabia.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Nobre Vereador, eu peço um aparte.

O SR. ÁTILA NUNES – Com o maior prazer, Vereadora.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Obrigada, Vereador Átila.

Eu quero falar aqui para os nobres colegas, principalmente, para aqueles que acompanham a pauta urbana da cidade. E quero falar aqui que nós fizemos uma discussão sobre o plano diretor muito delongada, que atravessou gestões. O processo de revisão do Plano Diretor se inicia desde o prefeito, ex-prefeito Marcelo Crivella. Nós atravessamos uma pandemia, entramos em uma nova gestão do Prefeito Eduardo Paes. O Prefeito Eduardo Paes faz um aceno para setores da sociedade civil ao longo da sua gestão. A pauta urbana passou para um lado, passou para outro, caiu secretarias, caiu-se secretários e obviamente o extrato disso não é bom.

E eu falo aqui muito fraternalmente com os nobres colegas da base do governo, porque nós temos hoje um desafio de resolver a agenda urbana da cidade, que hoje está, meus nobres colegas, uma colcha de retalhos.

Nós fizemos uma aprovação muito valorosa, uma discussão muito importante ao redor do Plano Diretor da cidade. Numa escala de zero a 10, nós conseguimos uma nota 6, 6,5 no avanço de discussões importantes, como os instrumentos urbanísticos, como a revisão dos parâmetros urbanos de diversos bairros. A discussão do centro expandido é sem dúvida uma inovação. A discussão da retirada dos PEUS, da revisão dos PEUS para uma lógica mais enxuta, mais direta, mais sintética para o entendimento do planejamento urbano da cidade. Mas nós ainda temos contradições.

E nobre Vereador Átila Nunes, eu, infelizmente, não estive pessoalmente na reunião hoje mais cedo, estive com o Prefeito Eduardo Paes numa audiência, mas meus técnicos acompanharam a reunião.

E mais uma vez quero referendar aqui a fala do nobre colega Pedro Duarte, o subsecretário, quase secretário, super subsecretário, o nosso querido Thiago não trouxe os devidos estudos e os devidos esclarecimentos que se fazem necessários sobre o cálculo da Mais Valia e o cálculo da Mais Valerá.

E eu quero ainda colocar uma tinta de preocupação, porque é muito importante a César o que é de César. O nobre companheiro Thiago Dias é advogado. A cidade precisa de planejamento urbano. E aí, Vereadora Vera Lins, neste projeto, nesta matéria a senhora sabia que numa rua como a Estrada do Portela será possível se ocupar toda a calçada em frente à C&A com um prédio de até 10 andares? Os senhores sabiam, Vereadora Teresa Bergher, que tem muitos votos na Zona Sul, a senhora sabia que vai ser permitido um prédio de até 18 andares na Rua São Clemente, ocupando toda a calçada da São Clemente, que já é estreita?

Eu não tenho nada contra nós revisarmos os parâmetros da cidade, mas é muito importante que, para os leigos, para aqueles vereadores que não compreendem nem o juridiquês do Secretário Thiago, nem o urbanistiquês da Vereadora Tainá de Paula, que se tragam desenhos, que se tragam exemplos, que se tragam parâmetros para a gente ver, para a gente

visualizar e a gente debater e discutir na alta qualidade política que a gente é capaz de discutir.

Eu peço desculpas, Vereador Átila, por ter interrompido a sua fala, mas eu achei importante ponderar alguns aspectos, porque acredito que nós avançamos tanto. Eu estou tão feliz de a gente ter finalmente conseguido o IPTU progressivo, o estudo de impacto de vizinhança. Eu estou me sentindo aqui uma ganhadora de, finalmente, estar discutindo esses instrumentos. Mas é muito fundamental que jabutis não sejam inseridos no apagar das luzes, depois de três, quatro anos de discussão, como diria na Praça Seca “malandramente”, maquiando um resultado tão importante para a Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigada, Vereador Átila.

O SR. ÁTILA NUNES – Obrigado, Vereadora.

Só para encerrar minhas palavras, então, é só para fazer um apelo a todos, que a gente aprove em primeiro, como a gente vem fazendo nesses últimos três anos e meio, e depois a gente abre para emendas, apresentação, e aí a gente faz uma discussão mais aprofundada para aprovar em 2ª discussão, em definitivo.

Obrigado, Presidente.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Luiz Ramos Filho, a convite)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Para discutir, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Presidente, eu queria pedir verificação de quórum, por favor.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Solicitada a verificação de quórum pela Vereadora Luciana Boiteux.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se as presenças dos Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Marcos Braz, Monica Benicio, Monica Cunha, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, William Siri, Willian Coelho e Zico 25 (vinte e cinco)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Presentes 25 (vinte e cinco) senhores vereadores.

Há quórum para deliberar, porém, está esgotado o tempo regimental destinado à presente Sessão. Fica assegurado o tempo regimental para a discussão do projeto para a vereadora Luciana Boiteux.

A Presidência, antes de encerrar, convoca a Sessão Ordinária para a próxima terça-feira, 11 de junho, às 14 horas. A Ordem do Dia para o período de 11 a 13 de junho será publicada no Diário da Câmara Municipal de segunda-feira, 10 de junho.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18 horas)

acesse
curta
retweet
compartilhe



Câmara Rio

a qualquer hora

Saiba tudo a respeito das Leis e Projetos de Lei que tramitam na Casa. Acompanhe entrevistas com vereadores e notícias ao vivo e assista às sessões plenárias e Audiências Públicas.